

**Agência Estado – 23/06/2009**

### **Especialistas criticam decisão do ONS sobre térmicas a gás**

Rio, 23 - Especialistas do setor de energia elétrica criticaram hoje a decisão do Operador Nacional do Sistema (ONS) de manter acionadas usinas térmicas a gás este ano, diante dos elevados níveis dos reservatórios das hidrelétricas. "Nunca antes neste país os reservatórios estiveram tão altos", comentou o consultor Mário Veiga da PSR, lembrando que as hidrelétricas do Sudeste estão vertendo água. Apesar de menor dos que os R\$ 2,3 bilhões pagos pelo consumidor no ano de 2008 para a geração térmica, os cerca de R\$ 800 milhões que deverão ser gastos este ano com a energia térmica a gás - segundo previsão do ONS - são desnecessários, já que o risco de faltar energia em 2010 é "praticamente zero".

Estudo preparado em conjunto pela PSR e o Instituto Acende Brasil apontou que, na prática, o consumidor brasileiro está pagando em sua conta de energia mais pelo seguro contra um apagão, do que pagaria se houvesse efetivamente o racionamento. Mário Veiga, da PSR, lembrou que o próprio governo federal por meio do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) calculou que numa hipótese de racionamento o custo médio de energia se elevaria dos atuais níveis de R\$ 130 por MWh para até R\$ 2,5 mil por Mwh. Este cálculo com bases matemáticas de projeção de queda no PIB por conta de um eventual racionamento, havia sido apresentado pelo CMSE há cerca de dois anos. Porém, novos cálculos feitos pelos dois institutos revelam que com o novo modelo de acionamento das térmicas adotado no ano passado pelo ONS - e que permite que elas se mantenham ligadas este ano, mesmo com o elevado nível do reservatório - o consumidor já estaria pagando em torno de R\$ 6 mil por Mwh.

O novo sistema que dita as regras para o acionamento das térmicas deixou de lado a ordem de mérito que despachava uma usina no momento em que o preço de sua energia gerada passava a ser competitivo com o de uma hidrelétrica. Em fins de janeiro de 2008, o risco de decretar um racionamento nos meses seguintes era de 22%, apontam os dois institutos. Foi quando uma medida do CMSE emitiu uma resolução que autorizava emergencialmente o ONS a despachar as térmicas mediante estudos que respaldassem uma forma de evitar este risco iminente. Posteriormente, no final do ano passado, o ONS propôs um procedimento operativo, conhecido como níveis de meta, para determinar o momento de acionamento destas térmicas.

"O primeiro erro foi não tornar público o estudo do CMSE que previa a necessidade de acionar as usinas. O segundo foi publicar o procedimento, que não passa de um conjunto de regras, sem especificar quais seriam os custos e os benefícios para que a sociedade decidisse se aceita ou não pagar por isso", disse Mario Veiga.

O presidente do Acende Brasil, Claudio Sales, destacou que a crítica não é à falta de discussão com a sociedade sobre esta medida, já que houve audiência pública antes da aprovação deste procedimento. "Mas foi como se a sociedade aprovasse na audiência uma receita de bolo sem antes prová-lo. Não havia nada que apontasse os seus prós e contras", comentou.

Avaliando os modelos hidrológicos, os dois institutos chegaram a conclusão de que seguindo o procedimento do ONS, haverá entre 2009 e 2013, um aumento do custo médio para o consumidor de R\$ 480 milhões por ano, para reduzir em 9 MW médios o déficit de energia anual. "Considerando todos os cenários, em 90% dos casos há um benefício nulo e em apenas 10% o benefício é mínimo, de 128 MW por ano num universo de consumo de 50 mil MW anuais", avaliou Veiga.

Ele também destacou que desde que o CMSE tomou a primeira medida para permitir o acionamento emergencial das térmicas, no início de 2008, o cenário mundial mudou

muito. "Tivemos uma crise financeira mundial no meio do caminho, tivemos uma queda de demanda e mesmo projetando um crescimento médio anual de 4,5% ao ano no consumo, como prevê a EPE (Empresa de Pesquisa Energética) haverá uma sobra de 2 mil MW de energia em 2009, de 3,4 mil MW em 2011, e de 4,5 mil MW em 2013. É como se estivéssemos desperdiçando as duas usinas do Madeira por ano em energia", comentou.